

**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS**

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**EQUIPE N.º 043**

**ADENIRA MARIA ROSA LACERCA**

**CELIA MARIA FERREIRA DE SOUZA MAZZO**

**LILIANE GONÇALVES SIMÃO**

**ROZANA ANDRADE DA SILVA**

**TAIS LÂNI FALCÃO GARCIA**

Professora Orientadora: Marisa Catta preta

|  |
| --- |
| **AMPLIANDO A APRENDIZAGEM: METODOLOGIAS ATIVAS E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS** |
| 1. **APRESENTAÇÃO**    1. **Contextualização da situação-problema**   De acordo com a Lei 13.146/16 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a pessoa com deficiência tem assegurado o seu direito a condições de igualdade, para que seja capaz de exercer aos seus direitos e liberdades. Nesse contexto, têm-se as tecnologias assistivas e metodologias ativas como forma de permitir que o educando com necessidades educacionais especiais seja capaz de participar e se comprometer quanto ao seu processo de ensino e aprendizagem.  As necessidades educativas especiais fazem com que seja necessária a promoção de auxílio, para que as finalidades educativas sejam alcançadas. A inclusão vai além da simples inserção do educando em uma escola regular, de acordo com o proposto pela legislação, ela alcança a organização do sistema escolar e do projeto político pedagógico de forma incluir todos os educandos de forma efetiva.  Os conteúdos ofertados devem considerar a respeito de todos os educandos, com ou sem deficiência, adaptando as formas de avaliação, procedimentos e demais critérios de forma a atender as diferenças.  Dessa forma, é possível questionar: como desenvolver metodologias ativas e tecnologias assistivas para ampliação das possibilidades de aprendizagem do educando com autismo?   * 1. **Análise do tema**   De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva destaca a respeito da educação inclusiva como um movimento que foi desencadeado com o objetivo de permitir que todos os educandos possam aprender sem qualquer tipo de discriminação.  Contudo, é notório que o sistema de ensino enfrenta problemas para a efetivação da inclusão, uma vez que, ainda é necessária a superação de práticas discriminatórias que são disseminadas em nossa sociedade. Se faz necessário, portanto, a reflexão a cerca da construção de um sistema educacional inclusivo, onde são implementadas mudanças estruturais e culturais.  Historicamente a educação esteve voltada para os grupos privilegiados, a exclusão, portanto, faz parte da própria história da educação. Contudo, ao longo dos anos tem-se vivenciado a democratização da escola, ela acontece a passos lentos, e ainda está envolta em paradigmas de segregação e integração, universalização do acesso mas exclusão de certos grupos sociais.  A educação especial se organiza de forma a atender a demanda especializada, sendo que de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”  A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva busca garantir o acesso aos educandos com deficiência, fazendo com que os sistemas de ensino sejam orientados a respeito das necessidades educacionais especiais e quanto ao atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização; acessibilidade; participação familiar e comunitária, entre outros.  A educação especial, por um período, esteve organizada de maneira paralela a educação regular, todavia, conceitos e entendimentos foram se desenvolvendo, fazendo com que fosse possível compreender que as escolas regulares, com orientação inclusiva, apresentam maior eficácia no combate a exclusão e a discriminação do educando com deficiência.  A Declaração de Salamanca (1994) foi um marco nesse sentido, ressaltando a respeito da importância da interação e da organização de sistemas de ensino inclusivos. Assim, o entendimento é que deve-se buscar meios para que seja possível o acesso inclusivo e a escola regular.  “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p.330).  Sendo assim, entende-se que o sistema de ensino deve se organizar de forma a dar condições de aprendizagem a todos os educandos, incluindo os com deficiência, para tanto se faz necessária a valorização das diferenças, e também a garantia de acessibilidade por meio da eliminação de barreiras tanto físicas quanto comunicacionais.  A Convenção Nacional da Pessoa com deficiência (2008) aponta o seu propósito como o de “e promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e eqüitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade.” (Art. 1°).  Dessa forma, compreende-se que a pessoa com deficiência possui a garantia de gozo dos seus direitos humanos, assim como de sua liberdade. A igualdade se destaca como uma forma observar quanto ao tratamento dado a pessoa com deficiência, garantindo condições de igualdade em seu cotidiano e no exercício de seus direitos.  A inclusão da pessoa com deficiência na sociedade requer que sejam realizados ajustes e correções, visando que sejam-lhe asseguradas condições e oportunidades. Dessa forma, é possível apontar para um desafio na sociedade quanto a promoção do desenho universal, fazendo com que a sociedade seja projetada para a diversidade.  A diversidade tem sido negada pela sociedade, de acordo com a Convenção Nacional da Pessoa com deficiência (2008), é fundamental que seja promovida uma visão além da deficiência com respeito, igualdade de condições e promoção de uma sociedade que aceite a diversidade. |
| 1. **JUSTIFICATIVA**   O desenvolvimento deste projeto é justificado pela necessidade de observação e de promoção da inclusão na escola regular. Muitas instituições de ensino têm incluído os educandos apenas pela exigência legal, contudo, o aluno com deficiência acaba segregado mesmo dentro da escola regular.  Dessa forma, é essencial a discussão a respeito das metodologias ativas e das tecnologias assistivas como forma de promover uma inclusão real, fazendo com o ambiente de aprendizagem seja adaptado as necessidades especiais.  A comunidade escolar, portanto, é beneficiada por meio da promoção da análise critica e estudo de formas de promoção da inclusão, fazendo com que o processo de ensino e aprendizagem alcance a todos. |
| 1. **OBJETIVOS**    1. **Objetivos Específicos ( somente dois)**   - Promover o processo de inclusão do educando autista na escola regular.  - Desenvolver metodologias ativas e tecnologias assistivas para ampliação das possibilidades de aprendizagem do educando com autismo. |
| 1. **PÚBLICO ALVO**   Educandos dos anos iniciais do ensino fundamental (3° ano). |
| **5. METAS**  Elevar o quantitativo de metodologias e tecnologias assistivas aplicadas nos planos de aula em 90%, |
| 1. **RECURSOS:**   **6.1 HUMANOS**  Comunidade escolar, pais, educandos, professores, equipe pedagógica.   * 1. **MATERIAIS**   Papel A4, computadores, impressora, Caneta, internet, livros didáticos, cola, tesoura, DataShow. |
| **7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**  Mazzota (1982, p.84) define portador de necessidades especiais como àquele que possui alterações físicas, intelectuais, emocionais ou sociais, precisando de atendimento as necessidades educacionais especiais para que possam  ter garantido o acesso a educação.  Dessa forma, é possível pensar a inclusão como um movimento que tem como objetivo fazer com que aqueles que um dia foram segregados e afastados da convivência em sociedade.  Alguns grupos sociais, tais comodeficientes físicos e mentais que foram, então, excluídos dos ambientes sociais públicos, porque se acreditava que eram muito diferentes dos outros, sendo considerados inferiores e incapazes de conviverem na sociedade. Formando grupos menos favorecidos na sociedade.  Interessante afirma nos faz Vygotsky (1984) qualquer tipo de problema físico ou mental, é caracterizado pela sociedade como um defeito. Por um lado o defeito é enfraquecedor, fazendo com que as atividades do cotidiano sejam mais difíceis, todavia, por outro lado Vygotsky (1984) compreende que uma falha pode  despertar o organismo para redobrar atividade, que compensará o defeito e superará a dificuldade. Esta é uma lei geral, igualmente aplicável a biologia e psicologia de um organismo: o caráter negativo de um defeito age como um estímulo para o aumento do desenvolvimento e da atividade. (Vygotsky, 1984, p. 233)  Dessa maneira, pode-se afirmar que o fato de um educando ser portador de algum tipo de deficiência, isso não o impede de praticar atividades físicas, já que podem ser feitas adaptações, modificar regras, entre outras ações que promovem a participação deste aluno com necessidades especiais. (NOGUEIRA, 2013).  Ao longo dos anos a educação inclusiva, foi se tornando imprescindível, e sendo assim, foi necessário ao currículo se adaptar a nova realidade. No Brasil e no mundo, muitos foram os movimentos para que a inclusão se tornasse realidade. Afim de garantir os direitos dos portadores de necessidades especiais, para que eles pudessem ter direito de estar entre as outras crianças, se fez necessário a criação de políticas públicas e de leis como artigos da Constituição Federal art.206 inciso I, do ECA lei 8.069/90 artigo 55, da LDB lei 9394/96 artigos 50,59 e 60, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, entre outros documentos que protegem e garantem a educação inclusiva no Brasil. As instituições, se veem obrigadas a adaptar suas práticas e orientar os seus profissionais para que a inclusão de fato aconteça.  Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (UNESCO, 1994, p.5)  O grande desafio, é fazer com que essa inclusão não se torne somente o ato de aceitar essa criança e fazer com que ela se adapte à instituição. A principal ideia, é que para que essa criança seja inclusa, a instituição se adapte à sua realidade. O convívio com o diferente, é para todos uma troca positiva, pois nos leva a respeitar a limitação do próximo.  Foram grandes as mudanças no sistema Educacional Brasileiro nos últimos anos. Para alcançar essas mudanças, os profissionais da educação vêm buscando se atualizar para atender as necessidades e exigências nacionais. O Plano Nacional de Educação-Educação especial (2014, p.4), orienta “Não há como ter uma escola regular eficaz quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos especiais sem que seus professores, demais técnicos, pessoal administrativo e auxiliar sejam preparados para atendê-los adequadamente”. Aos professores, fica o desafio de estar buscando uma formação continuada, procurando incluir de fato essas crianças em sua prática e em seu planejamento.  A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996, em seu artigo 59, garante:  Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;(BRASIL, 1996)  As instituições de ensino superior já oferecem cursos de graduação no curso de Educação Especial, e para complementação aos profissionais que já atuam na área da educação é possível se especializar nos cursos de pós-graduação. A formação continuada é a garantia de um profissional melhor preparado para as dificuldades que se apresentaram no dia-dia da pratica pedagógica de turmas com crianças com necessidades especiais.  De acordo com Mittler (2003, p. 35),  [...] a inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional (MITTLER, 2003, p. 35).  A educação inclusiva no modelo atual é um desafio aos professores, pois obriga-os a repensar sua maneira de ensinar, sua cultura, sua política e suas estratégias pedagógicas, adotando uma postura receptiva diante da singularidade que irá encontrar, a fim de detectar potencialidades e expor habilidades de acordo com a demanda de cada aluno. |
| 1. **ETAPAS DE REALIZAÇÃO COM SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM**   **Etapa 1 –** Considerando o contexto da pandemia do COVID-19 e a necessidade de manter o distanciamento social, as aulas tem sido ofertadas de maneira online. Por meio da plataforma Microsoft Teams, assim como pelo grupo de WhatsApp da turma do 3³ ano. A Etapa 1 consistira no envio do vídeo: TEA- Autismo explicado para crianças- Fafá conta <https://www.youtube.com/watch?v=OaI-ii4HsdI>, A professora enviará via mensagem no grupo do WhatsAap o vídeo pedindo para que as crianças assistam. Em seguida será disponibilizadas para realização online de duas atividades. A primeira delas será um texto e um desenho representando o que foi aprendido no vídeo, que deverá ser enviado para a professora por foto. A segunda atividade é um vídeo em que o aluno explicará o que é o autismo, Os vídeo serão enviados para o grupo da turma.  **Etapa 2 -** A segunda etapa de atividades ainda terá como foco explicar o autismo para as crianças, usando o lúdico. Nessa etapa serão utilizados os vídeos de Mauricio de Souza, com a turma da Mônica onde o personagem André auxilia no entendimento do autismo e de seus principais sintomas. <https://www.youtube.com/watch?list=PLiWDtUL5RzUmAX9sJLE11wb\_aieH-A0FM&v=KZfkphIBHj8>. São seis episódios, que os alunos assistiram com a professora via chamada de vídeo no Microsoft Teams. Após ver os vídeos, a professora e os alunos realizaram uma roda de conversa online, a professora deve estimular o debate abordando sobre as seguintes questões: quais as diferenças que o autista possui? Devemos respeitar as diferenças?. Os alunos serão convidados a criar um desenho e uma frase sobre o que aprenderam sobre o autismo com os vídeos dos personagens de Mauricio de Souza.  **Etapa 3 –**  Nessa etapa do projeto os alunos já estarão familiarizados com os conceitos e características do autismo. A professora deve explicar por vídeo o que são metodologias assistivas para o aluno autista, e como são usadas.  Cada aluno vai ser convidado a pesquisar, a partir das dificuldades que aluno autista possui, uma metodologia para ajudar no seu cotidiano. A pesquisa deve ser feita individualmente, em casa, por cada aluno, que deve desenhar ou imprimir uma metodologia assitiva que ajude o aluno com autismo.  Na aula via Microsoft Teams, cada aluno deve descrever a metodologia encontrada e em que ela ajuda na acessibilidade do aluno. A professora deve oferecer ajuda aos pais e alunos que tiverem dificuldade com essa atividade, via chamada de vídeo privada.  **Etapa 4 –** Nesse momento, a professora enviará para os alunos alguns gibis, da Turma da Monica, que tenham o personagem André, que tem autismo. Os alunos irão ler os gibis e irão construir textos e desenhos com o aprendido a respeito do autismo até o momento. As histórias e desenhos farão parte da maleta viajante criada pela professora na próxima etapa.  **Etapa 5- Final** Será realizada a atividade da maleta viajante com os alunos. A professora irá criar uma maleta viajante, a qual estará composta pelas historias elaboradas pelos alunos, que será enviada para todos os alunos. “viajando” de casa em casa, a professora será responsável pela entrega das maletas, semanalmente, para cada aluno, em casa, respeitando as normas de higiene e distanciamento para prevenção do COVID-19, finalizando o projeto. |
| 1. **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO DIDÁTICO**  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO** | | | | | | | | | | | | | **Item** | **Atividade** | **MÊS** | | | | | | | | | | | **Fev** | **Mar** | **Abr** | **Mai** | **Jun** | **Ago** | **Set** | **Out** | **Nov** | **Dez** | | 1 | Primeira etapa | X | X |  |  |  |  |  |  |  |  | | 2 | Segunda etapa |  |  | X | X |  |  |  |  |  |  | | 3 | Terceira etapa |  |  |  |  | X | X |  |  |  |  | | 4 | Quarta etapa |  |  |  |  |  |  | X | X |  |  | | 5 | Quinta etapa - Final |  |  |  |  |  |  |  | X | X | X | |
| 1. **AVALIAÇÃO DO PROJETO DIDÁTICO**   Tendo em vista a necessidade de avaliar os educandos, a metodologia da atividade está relacionada com a prática de atividade desenvolvidas nas aulas remotas, considerando o contexto da pandemia do COVID-19, assim como também a existência de educandos com autismo na turma, dessa forma, a avaliação acontecerá de forma sistemática, averiguando a respeito dos avanços em cada uma das etapas.  O projeto didático será avaliado de acordo com a função diagnóstica da avaliação, averiguando os níveis e conhecimento dos educandos, assim como também as suas necessidades de aprendizagem.  A avaliação formativa também estará presente, portanto, será realizada uma avaliação contínua ao longo das etapas do projeto, a educadora realizará os registros de participação de cada uma das etapas das atividades, assim como os resultados das avaliações e atividades avaliativas. |
| 1. **REFERÊNCIAS**   BRASIL. Lei Federal nº 9394/96. **Lei de Diretrizes e Base da Educação**. De 20 de Dezembro de 1996. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>> . Acesso em: 20 Abr.2021.  BRASIL. Lei Federal 13.005 de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\_03/\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>Acesso em: 20 Abr.2021.  IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.  MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.  MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social na área da Educação.** In: Revista Serviço Social & Realidade. V 8 Nº 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.  MAZZOTTA, M.J.S. **Educação Escolar: Comum ou Especial.** São Paulo: Pioneira, 1982.  UNESCO. **Declaração da Salamanca**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 20 Abr.2021.  MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. São Paulo: Artmed, 2003.  NOGUEIRA, Dilma. **A importância da Educação Física para os portadores de deficiência física. Pedagogia ao pé da letra,** abr. 2013. Disponível em: <http://pedagogiaaopedaletra.com/a-importancia-da-educacao-fisica-para-os-portadores-de-deficiencia-fisica/>. Acesso em: 20 Abr.2021.  SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.  VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984. |